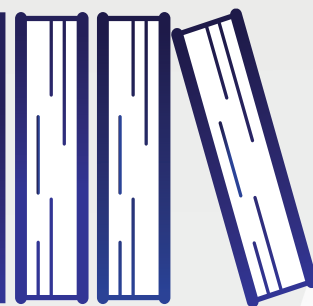


LIBRAS: Uma reflexão acerca da inserção no desenho curricular dos cursos de formação da Polícia Militar do Pará

Aline Augusta Coelho Martins¹
Sônia da Costa Passos²
Suziellen Christiny Salazar da Silva³



¹ Mestre em Comunicação, Arte e Cultura pela Universidade do Minho – Portugal, com o reconhecimento na área da arte (UFPA); Graduada em Gestão de Recursos Humanos (UNIP).

alineacmartins@gmail.com

ORCID: 0009-0004-1656-7025

² Professora do Instituto de Ensino em Segurança do Pará (IESP); Pós-doutora em Geografia (UFPA); Doutora em Sociologia e Antropologia (UFPA); Licenciada em Pedagogia (UNAMA).

sscpassos_10@yahoo.com.br

ORCID: 0009-0004-1656-7025

³ Especialista em Gestão da Psicologia Organizacional (UNYLEYA); Graduada em Gestão de Recursos Humanos (UNIP); Cabo da Polícia Militar, atuando na supervisão dos cursos de Pós-Graduação do IESP.

suziellensalazar@gmail.com

ORCID: 0009-0000-3847-3020

RESUMO

O artigo destaca a importância de capacitar os agentes de segurança pública, visando promover uma comunicação eficaz em situações cotidianas, garantindo uma melhor interação com a população. O estudo objetivou analisar o impacto da inclusão de LIBRAS na matriz curricular dos cursos de formação da Polícia Militar do Pará e sua influência na melhoria da comunicação e interação dos agentes de segurança pública com a comunidade surda. O artigo tem como problema de pesquisa: Como a ausência do ensino de LIBRAS nos cursos de formação da Polícia Militar do Pará impacta a capacidade dos agentes de segurança pública em atender adequadamente a comunidade surda, considerando as implicações legais e sociais de uma comunicação eficaz? Teve como hipótese: A inserção de LIBRAS no desenho curricular dos cursos de formação da Polícia Militar do Pará melhorará significativamente a qualidade do atendimento prestado aos cidadãos surdos, promovendo uma comunicação eficaz e prevenindo incidentes decorrentes de mal-entendidos, como o uso inadequado da força. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental qualitativa, complementada por uma análise de conteúdo que permitiu a identificação de conceitos e práticas relevantes para a formação. Os resultados indicam que a formação em LIBRAS melhora a comunicação entre policiais e a comunidade surda, além de promover uma cultura de respeito e inclusão dentro das instituições de segurança pública. A conclusão aponta que a inserção do curso de LIBRAS na formação policial é essencial para garantir direitos fundamentais à população surda, contribuindo para um atendimento mais eficiente e igualitário, além de fomentar um ambiente de trabalho mais inclusivo na Polícia Militar do Pará.

Palavras-chave: Formação; Inclusão; Comunidade Surda; Direitos; Comunicação Eficaz.

ABSTRACT

The article highlights the importance of training public security agents to promote effective communication in everyday situations, ensuring better interaction with the population. The study aimed to analyze the impact of including LIBRAS in the curriculum of training courses for the Military Police of Pará and its influence on improving communication and interaction between public security agents and the deaf community. The study has the following research problem: How does the absence of LIBRAS teaching in training courses for the Military Police of Pará impact

the ability of public security agents to adequately serve the deaf community, considering the legal and social implications of effective communication? The hypothesis was: The inclusion of LIBRAS in the curriculum of training courses for the Military Police of Pará will significantly improve the quality of service provided to deaf citizens, promoting effective communication and preventing incidents resulting from misunderstandings, such as the inappropriate use of force. The methodology adopted was qualitative bibliographic and documentary research, complemented by a content analysis that allowed the identification of concepts and practices relevant to training. The results indicate that LIBRAS training improves communication between police officers and the deaf community and promotes a culture of respect and inclusion within public security institutions. The conclusion indicates that the inclusion of the LIBRAS course in police training is essential to guarantee fundamental rights to the deaf population, contributing to more efficient and equitable service, in addition to fostering a more inclusive work environment in the Military Police of Pará.

Keywords: Training; Inclusion; Deaf Community; Rights; Effective Communication.

RESUMEN

El artículo destaca la importancia de capacitar a los agentes de seguridad pública para promover una comunicación efectiva en situaciones cotidianas, garantizando una mejor interacción con la población. El estudio tuvo como objetivo analizar el impacto de la inclusión de LIBRAS en la matriz curricular de los cursos de formación de la Policía Militar de Pará y su influencia en la mejora de la comunicación y la interacción entre los agentes de seguridad pública y la comunidad sorda. El estudio tiene el siguiente problema de investigación: ¿Cómo la ausencia de la enseñanza de LIBRAS en los cursos de formación de la Policía Militar de Pará impacta la capacidad de los agentes de seguridad pública para atender adecuadamente a la comunidad sorda, considerando las implicaciones jurídicas y sociales de una comunicación efectiva? La hipótesis fue: La inclusión de LIBRAS en el diseño curricular de los cursos de formación de la Policía Militar de Pará mejorará significativamente la calidad del servicio prestado a los ciudadanos sordos, promoviendo una comunicación efectiva y previniendo incidentes derivados de malentendidos, como el uso inadecuado de la fuerza. La metodología adoptada fue la investigación bibliográfica y documental cualitativa, complementada con un análisis de contenido que permitió identificar conceptos y prácticas relevantes para la formación. Los resultados indican que la capacitación en LIBRAS mejora la comunicación entre los policías y la comunidad sorda y promueve una cultura de respeto e inclusión dentro de las instituciones de seguridad pública. La conclusión señala que la inclusión del curso LIBRAS en la formación policial es fundamental para garantizar los derechos fundamentales de la población sorda, contribuyendo a un servicio más eficiente y equitativo, además de promover un ambiente de trabajo más inclusivo en la Policía Militar de Pará.

Palabras Clave: Formación; Inclusión; Comunidad Sorda; Derechos; Comunicación efectiva.

1 INTRODUÇÃO

A Língua de Sinais surgiu com o intuito específico de ajudar pessoas surdas a entender o mundo e as pessoas ao seu redor, expressando seus pensamentos por meio dos sinais. Nesse contexto, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) proporciona muitas possibilidades para que um surdo se desenvolva na sociedade sendo sua língua originária, permitindo a ele se comunicar com pessoas que possuem ou não deficiência auditiva. Em vista disso, é de suma importância o aprendizado de LIBRAS nas escolas, pois o ambiente escolar

é importante para o desenvolvimento das pessoas que enfrentam dificuldades em se adequar com a didática ensinada em sala de aula, uma vez que, muitas vezes, não possuem uma estrutura física adequada e apropriada para os surdos.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 6º, assegura o direito à educação, e isso não se limita apenas ao acesso, que é assegurado no ato da matrícula na escola, mas também à participação, aprendizagem e desenvolvimento do aluno enquanto estudante. No entanto, a educação inclusiva vem se tornando uma realidade cada vez mais difícil para os sistemas educacionais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), 5% da população do país é composta por pessoas surdas, o que corresponde a mais de 10 milhões de cidadãos, dos quais 2,7 milhões possuem surdez profunda, ou seja, não escutam absolutamente nada. No Estado do Pará, de acordo com o levantamento, 4,8% da população é surda ou tem deficiência auditiva.

Logo, o artigo 2º da Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, afirma que o Estado tem “o dever de assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e outros” que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

O artigo 78 do Código Tributário Nacional conceitua o Poder de Polícia como “a liberdade da administração pública de agir dentro dos limites legais (poder discricionário), limitando, se necessário, as liberdades individuais em favor do interesse maior da coletividade.” Todavia, quando o indivíduo é surdo, a situação torna-se mais delicada, haja vista que não é possível efetivar uma comunicação plena entre o agente e o indivíduo.

Por essa razão, o agente de segurança pública precisa estar mais atento para evitar problemas na interpretação da conduta do abordado, o que poderia desencadear o uso da força de forma equivocada. Nesse sentido, compreende-se que é necessário o conhecimento da linguagem de sinais para que, nas atribuições rotineiras da polícia, sejam evitados problemas de comunicação.

Assim sendo, o estudo teve o seguinte problema de pesquisa: Como a ausência do ensino de LIBRAS nos cursos de formação da Polícia Militar do Pará impacta a capacidade dos agentes de segurança pública em atender adequadamente a comunidade surda, considerando as implicações legais e sociais de uma comunicação eficaz? Como hipótese, teve-se que: A inserção de LIBRAS no desenho curricular dos cursos de formação da Polícia Militar do Pará melhorará significativamente a qualidade do atendimento prestado aos cidadãos surdos, promovendo uma comunicação eficaz e prevenindo incidentes decorrentes de mal-entendidos, como o uso inadequado da força.

O tema é de suma relevância, pois de acordo com a legislação brasileira, com as Leis nº. 7.853/1989 e nº. 10.098/2000, assegura-se o pleno exercício dos direitos básicos das pessoas com deficiência, incluindo a acessibilidade à comunicação. Contudo, a falta de conhecimento de LIBRAS por parte dos agentes de segurança pública compromete a garantia desses direitos, o que pode levar a situações de discriminação e isolamento da comunidade surda.

Como garantia proporcionada pelo artigo 2º, inciso I, da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a acessibilidade das pessoas com deficiência possibilita e condiciona o alcance para utilização, com segurança e autonomia, de diversos espaços, transportes, informações e comunicação. Assim sendo, a preparação dos policiais militares para se comunicar adequadamente com a população surda é crucial para garantir um serviço policial inclusivo, atendendo às necessidades de todos os cidadãos de forma equitativa.

Na Polícia Militar do Pará, a representatividade da Academia de Polícia Militar “Coronel Fontoura” (APM), responsável pela formação dos policiais na carreira do oficialato, e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças “Coronel Moreira” CFAP, responsável pela formação das praças, é de extrema importância na formação dos novos agentes da polícia militar. No entanto, é importante ressaltar que, até o momento, o ensino de LIBRAS ainda não é instituído na malha curricular desses centros de ensino profissional.

A comunidade surda sofre com a dificuldade de se comunicar; portanto, é necessária a preparação do policial militar para proceder de forma adequada na abordagem a esse grupo específico da sociedade. Diante disso, esta pesquisa encontrou no tema uma forma de ressaltar a importância de promover o ensino-aprendizagem e a qualificação dos policiais militares através do curso de LIBRAS, visando atender a comunidade de forma igualitária, estabelecendo e garantindo que o serviço policial satisfaça as necessidades dos cidadãos. No entanto, é necessário fortalecer as políticas públicas relacionadas ao papel da acessibilidade na segurança pública, que enfrentam diariamente enormes dificuldades.

Em suma, a discussão ganha relevância ao tratar da garantia de direitos dos cidadãos, os quais, em diversas ocasiões, não são exercidos plenamente. As pessoas surdas utilizam, em grande parte, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que tem sido cada vez mais difundida. Todavia, as pessoas não surdas ainda não têm conhecimento dessa língua, o que impossibilita a comunicação das pessoas surdas com o restante da população, causando certo isolamento e discriminação. E como objetivos específicos, buscou-se alcançar os seguintes: a) refletir acerca da presença ou ausência de conteúdos relacionados a LIBRAS nos cursos de formação da Polícia Militar do Pará; b) mostrar a importância do aprendizado de LIBRAS para a prática profissional; e c) propor a inclusão de LIBRAS como parte integrante da formação dos policiais militares, com foco em melhorar a acessibilidade e a inclusão.

2 METODOLOGIA

A elaboração deste estudo baseou-se em uma investigação prévia e no levantamento de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando uma análise interpretativa de estudos e discussões que tratam deste tema, com base na abordagem qualitativa. Foram seguidas as três etapas sugeridas por Bardin (2011), as quais são: pré-análise (organização do material), descrição analítica (estudo aprofundado do material sob a orientação dos referenciais teóricos) e interpretação referencial, na qual a reflexão e a intuição, embasadas nos materiais da pesquisa documental, estabelecem relações com a realidade educacional mais ampla, aprofundando as conexões das ideias e chegando, se possível, a propostas básicas de transformações dentro dos limites das estruturas específicas e gerais.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de registros disponíveis decorrentes de pesquisas anteriores, presentes em documentos impressos, como livros, artigos, teses, entre outros. Essa metodologia utiliza dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados, e o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes nos textos (Severino, 2014).

Dessa forma, foi realizada uma busca e análise de estudos que abordam o sucesso da implementação do curso de LIBRAS em outras regiões do país, através de uma revisão de literatura com o propósito de alcançar os resultados desejados, permitindo uma análise interpretativa aprofundada sobre o tema, fundamentada na pesquisa qualitativa.

3 HISTÓRIA DE LIBRAS NO BRASIL

A trajetória da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Brasil segue fundamentos semelhantes aos de qualquer outro idioma. Assim como a língua portuguesa no Brasil passou por transformações em sua fonética, vocabulário e estrutura, o mesmo fenômeno ocorreu com a LIBRAS. O surgimento da linguagem de sinais nas comunidades surdas do Brasil é cercado de incertezas. No entanto, foi elaborada por indivíduos que almejavam criar um sistema de comunicação baseado em gestos e aspectos visuais. Albres (2005) destaca:

No caso da língua brasileira de sinais, em que o canal perceptual é diferente, por ser uma língua de modalidade gestual-visual, a mesma não teve sua origem na língua portuguesa, que é constituída pela oralidade, portanto considerada oral-auditiva; mas em outra língua de modalidade gestual-visual, a Língua de Sinais Francesa, apesar de a língua portuguesa ter influenciado diretamente a construção lexical da língua brasileira de sinais, mas apenas por meio de adaptações por serem línguas em contato (Albres, 2005, p.1).

A história da LIBRAS teve início há muito tempo. Para os estudiosos, ao abordar o passado, é crucial evidenciar suas marcas. Segundo Strobel (2009), a evolução dos surdos pode ser categorizada em três períodos distintos: primeiro, a Revelação Cultural, nesta fase, os povos surdos não tinham problemas com a educação. A maioria dos surdos dominava a arte da escrita, no segundo momento, o Isolamento Cultural, ocorre o isolamento da comunidade surda em consequência do Congresso de Milão de 1880, que proibiu o uso da língua de sinais na educação dos surdos. As comunidades surdas resistiram à imposição da língua oral, e o último é o Despertar Cultural que partir dos anos 1960, inicia-se uma nova fase de renascimento na aceitação da língua de sinais e da cultura surda, após muitos anos de opressão ouvintista sobre os surdos.

O percurso dos indivíduos surdos tem sido repleto de desafios, situação que persiste nos dias atuais, mesmo com a maior abrangência da comunicação. Nakagawa (2012) realiza uma breve narrativa sobre as conquistas alcançadas pelos surdos até o presente momento:

Hoje, uma série de novas bandeiras são defendidas e conquistadas pelas comunidades surdas. Do tadinho ao sujeito de direitos, da diversidade à diferença ('diferença' em sua acepção radical, e não como mera continuidade discursiva da deficiência), das exigências da fala ao reconhecimento das línguas de sinais, da reabilitação à valorização de uma identidade cultural própria, da inculcação de padrões ouvintes à valorização do 'ser Surdo' ... uma série de rupturas realçaram-se nas últimas décadas (Nakagawa, 2012, p. 3).

No Brasil, até o fim do século XV, os surdos eram vistos como incapazes de receber educação formal. No entanto, graças aos esforços de D. Pedro II, Eduard Huet (1822-1882), um professor surdo francês formado em Paris, veio ao Brasil com o propósito de estabelecer uma escola seguindo os moldes educacionais europeus para surdos. Inicialmente, o alfabeto manual da Língua Brasileira de Sinais foi desenvolvido a partir de sua origem francesa.

No Rio de Janeiro, a primeira escola para surdos, denominada Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), foi estabelecida em 26 de setembro de 1857, data que se tornou o Dia Nacional dos Surdos no Brasil. Após disseminar os saberes da Educação Europeia e instruir na linguagem de sinais para surdos, Huet partiu rumo ao México motivado por questões pessoais. Com sua partida, o Instituto passou a ser liderado por Frei do Carmo.

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) é um ambiente conquistado pelos surdos. Nele, ideias, valores, significados, sentimentos e concepções são partilhados, enriquecendo sua cultura. Diversas formas de arte, como teatro e poesia surda, também são promovidas.

Nos ambientes que envolvem pessoas surdas, há uma busca por identidade e inclusão que cria uma necessidade urgente de se compreender ou de se conectar com pessoas surdas. De acordo com Dizeu e Caporali (2005, p. 592), “quando o sujeito surdo é levado a conviver apenas com uma comunidade ouvinte, sem contato com outros surdos, sua surdez tende a ser ocultada e depreciada”. O estigma de deficiente agrava-se a cada dificuldade que essa pessoa irá encontrar para se igualar ao ouvinte.

Nesse sentido, é necessário que os agentes públicos tenham conhecimento de LIBRAS para atender à comunidade surda de forma eficaz, pois a maioria dos policiais militares não consegue se comunicar usando a Língua Brasileira de Sinais, o que pode transformar uma simples abordagem policial em uma situação perigosa. Portanto, a inserção do ensino de LIBRAS nos currículos de formação dos policiais militares é essencial para capacitá-los a estabelecer uma comunicação efetiva com a comunidade surda. Isso promoverá uma prestação de serviço mais adequada, inclusiva e eficiente na área da Polícia Militar, garantindo que os direitos da população surda sejam plenamente respeitados.

4 CONCEITOS E LEGALIDADE

Para melhor esclarecer a temática em torno da surdez e a legalidade de LIBRAS, discorre-se nos próximos tópicos o significado da surdez, o conceito de LIBRAS e os princípios legais que a sustentam.

4.1 O SIGNIFICADO DA SURDEZ

A perda de audição pode variar em intensidade e afetar a capacidade de compreender os sons. Atualmente, é reconhecido que existem diversos tipos de surdez, dependendo do grau de comprometimento auditivo. Na área da saúde e da educação, uma pessoa com surdez pode ser identificada como:

Parcialmente surdo (com deficiência auditiva – DA)

- a) Pessoa com surdez leve: Apresenta perda auditiva de até 40 decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, vozes fracas ou distantes podem não ser ouvidas.
- b) Pessoa com surdez moderada: Apresenta perda auditiva entre 40 e 70 decibéis. Esses limites estão no nível de percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. Além disso, há maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos.

Surdo

- a) Pessoa com surdez severa: Apresenta perda auditiva entre 70 e 90 decibéis, permitindo que o indivíduo identifique alguns ruídos familiares. Pode perceber apenas vozes muito fortes e, em alguns casos, pode chegar até os quatro ou cinco anos sem aprender a falar.
- b) Pessoa com surdez profunda: Apresenta perda auditiva superior a 90 decibéis. A gravidade dessa perda é tal que priva o indivíduo das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a língua oral. Esse indivíduo geralmente utiliza uma linguagem gestual e pode ter pleno desenvolvimento linguístico por meio da língua de sinais (Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, p. 20).

No início, a língua materna é aquela que os indivíduos aprendem naturalmente em casa. Quando chegam à escola, as crianças já estão falando sua língua materna, e a escola apenas organiza esse conhecimento. No entanto, muitas crianças surdas não têm exposição à linguagem oral em suas famílias, o que coloca a escola em uma posição crucial de oferecer suporte para que essas crianças possam aprender a língua de sinais e o português.

O atendimento oferecido às pessoas surdas está diretamente relacionado às características individuais do aluno e às escolhas da família. Fatores como o grau e o tipo de defici-

ência auditiva, a época em que a surdez ocorre e a idade em que se inicia a educação têm influência significativa na definição das particularidades que guiarão o tipo de suporte prestado, com foco nos resultados desejados.

Além disso, a inclusão de tecnologias assistivas, como aparelhos auditivos e implantes cocleares, e o ensino de LIBRAS nas escolas, podem contribuir para uma comunicação mais efetiva e para o desenvolvimento acadêmico e social das crianças surdas. É fundamental que a educação dessas crianças seja adaptada às suas necessidades específicas, garantindo o acesso pleno ao conhecimento e à integração social.

4.2 CONCEITO DE LIBRAS

No Brasil, as pessoas surdas comunicam-se de forma natural usando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), além do português. Ela é considerada uma língua visual-motora, que utiliza a comunicação visual, espacial e gestual, sendo os olhos e as mãos os principais canais de expressão. Para formar frases, as mãos se combinam com expressões corporais e faciais.

Os utilizadores de LIBRAS trazem consigo suas experiências visuais da comunidade surda. Em geral, os surdos são receptivos e estão dispostos a ensinar a língua, o que leva a um aumento na diversidade de profissionais e familiares que aprendem. Isso fortalece a inclusão social e facilita a comunicação entre surdos e ouvintes, promovendo uma sociedade mais acessível e igualitária. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948) estabelece que:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948, p.1).

Essa declaração representa um marco histórico na luta pelos direitos humanos, destacando a importância de reconhecer e promover a igualdade e a inclusão em todas as esferas da sociedade. Outrossim, serve como base para a análise e discussão sobre temas relacionados aos direitos humanos e à justiça social, incluindo a acessibilidade e o reconhecimento das línguas de sinais.

A gramática da Língua Brasileira de Sinais é composta por elementos característicos das palavras ou domínios lexicais, organizados por meio de mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos específicos, seguindo princípios gerais básicos. Esses recursos são utilizados para criar estruturas linguísticas que permitem a formação de inúmeras frases através de um conjunto limitado de regras. Além disso, a LIBRAS inclui componentes pragmáticos convencionais, permitindo aos usuários transmitir significados metafóricos, ironias e outros sentidos não literais, o que enriquece a comunicação e adapta a língua às diversas situações do cotidiano.

É importante ressaltar que, assim como qualquer outra língua, a LIBRAS possui variações regionais e culturais, refletindo a diversidade da comunidade surda no Brasil. Essas variações são influenciadas por fatores geográficos, sociais e culturais, o que torna o estudo e a compreensão dessa língua ainda mais complexos e enriquecedores. Assim, a inclusão de LIBRAS como disciplina nos currículos escolares e a formação de profissionais capacitados são fundamentais para a promoção de uma educação inclusiva e para a valorização da cultura surda no Brasil.

4.3 EMBASAMENTO LEGAL SOBRE LIBRAS

No Brasil, as leis são criadas com o intuito de garantir a excelência dos serviços prestados à população. A legislação voltada para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi estabelecida não só para oficializá-la como idioma, mas também para assegurar a educação e o bem-estar das pessoas surdas.

Sob esse viés, o surgimento dessa lei reflete a sensibilidade das autoridades em reconhecer a necessidade de incluir a comunidade surda na sociedade de forma equitativa. Embora essas leis representem importantes conquistas políticas, é evidente que a regulamentação que rege a educação e os direitos das pessoas surdas continua a evoluir para atender novas demandas que surgem ao longo do tempo.

Um dos principais marcos legislativos para LIBRAS é a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que estabelece:

Art. 1º A Língua Brasileira de Sinais - Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, incluindo outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único: Define-se Libras como um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, utilizado para a transmissão de ideias e fatos, oriundos das comunidades de pessoas surdas no Brasil.

Art. 2º O poder público e as empresas concessionárias de serviços públicos devem garantir formas de apoiar e difundir o uso de Libras.

Art. 3º Instituições públicas e empresas concessionárias de serviços de saúde devem garantir atendimento adequado a pessoas com deficiência auditiva.

Art. 4º O sistema educacional deve garantir a inclusão do ensino de Libras nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, sem substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º A lei entra em vigor na data de sua publicação (Brasil, 2002).

Complementando essa legislação, o artigo 18 da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece que “O Poder Público deve promover a capacitação de profissionais intérpretes especializados em Braille, linguagem de sinais e guias-intérpretes, facilitando a comunicação direta com pessoas que possuam deficiência sensorial ou dificuldades de comunicação”.

Em 2 de dezembro de 2005, foi promulgado o Decreto nº. 5.626, que reforça a legitimidade das leis existentes e introduz outras medidas importantes para o avanço de LIBRAS no âmbito social e educacional (Brasil, 2005). Este decreto, em conjunto com a Lei nº. 10.436, a reconhece como língua oficial no Brasil e detalha o papel do Estado em promover a inclusão das pessoas surdas.

Diante deste cenário, é essencial implementar cursos de capacitação em LIBRAS para as forças de segurança pública, pois em algum momento da carreira, esses profissionais podem se deparar com a necessidade de abordar uma pessoa surda e a falta de conhecimento dessa linguagem pode tornar a situação mais complexa e potencialmente perigosa.

Para o Estado, o desafio de reformar suas polícias inclui capacitar seus agentes para que sua atuação seja mais eficiente na consolidação da paz social. Com esse objetivo, a Segurança Pública tem passado por uma série de mudanças estruturais, incentivando seus agentes a adotarem uma postura mais dialógica frente aos conflitos sociais. Isso representa uma mudança cultural significativa, afastando-se de uma abordagem militarizada e excludente, em favor de uma concepção mais inclusiva e produtiva, alinhada com os objetivos institucionais de promoção da paz e da justiça social.

5 ASPECTOS EDUCACIONAIS DE LIBRAS

Para atuar como professor de LIBRAS, é necessário atender às qualificações estabelecidas pelo Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº. 10.436/2002. Essas normas são essenciais para assegurar a qualidade do ensino e a capacitação adequada dos docentes.

De acordo com o artigo 4º do referido Decreto, a formação de docentes para o ensino de LIBRAS nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior

deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: LIBRAS ou em Letras: LIBRAS/Língua Portuguesa como segunda Língua.

O artigo 7º estabelece que, nos próximos dez anos, a partir da publicação do decreto, caso não haja docentes com título de pós-graduação ou graduação em LIBRAS disponíveis para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, a matéria poderá ser ministrada por profissionais que atendam pelo menos um dos seguintes critérios:

- I Professor de LIBRAS, que seja usuário da língua e possua curso de pós-graduação ou formação superior, com certificado de proficiência em LIBRAS obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação.
- II Instrutor de LIBRAS, que seja usuário da língua e possua formação de nível médio, com certificado de proficiência em LIBRAS obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação.
- III Professor ouvinte bilíngue (LIBRAS e Língua Portuguesa), com pós-graduação ou formação superior e certificado de proficiência em LIBRAS obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação (Brasil, 2002).

Para garantir a excelência no ensino de LIBRAS e atender à demanda por qualificações mais avançadas, é essencial que os docentes transmitam o conteúdo de maneira clara e acessível, mantendo um alto nível de profissionalismo em relação à profissão. A formação contínua e o aprimoramento profissional são fundamentais para assegurar que os professores estejam atualizados com as melhores práticas e metodologias de ensino. Além disso, é importante que as instituições de ensino promovam e incentivem a capacitação contínua de seus professores, para que eles possam oferecer uma educação de qualidade, alinhada com as diretrizes legais e as necessidades da comunidade surda.

No campo da segurança pública, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) oferece para seus agentes o curso de LIBRAS no modo EAD, com uma carga horária de 40 horas/aula. O objetivo principal é promover a acessibilidade e a inclusão social de pessoas surdas por meio da comunicação em LIBRAS. O curso está dividido em quatro módulos:

Módulo 1: Língua Brasileira de Sinais - Conceitos Importantes

Este módulo visa definir o que é LIBRAS, compreender a trajetória histórica das línguas de sinais no mundo e no Brasil, e praticar o manual do alfabeto em LIBRAS. Os participantes aprenderão sobre a origem e evolução de LIBRAS, além de se familiarizarem com a prática do alfabeto manual, essencial para a comunicação básica.

Módulo 2: Parâmetros Básicos de LIBRAS

A LIBRAS é baseada em cinco parâmetros fundamentais que se combinam de forma sequencial e simultânea para a formação dos sinais. Esses parâmetros são: expressão facial, configuração de mão, ponto de articulação, movimento e direcionalidade. Este módulo tem como objetivo identificar e praticar esses cinco elementos que são essenciais para a produção correta dos sinais em LIBRAS.

Módulo 3: Comunidade e Cultura Surda

Este módulo abordará as medidas legais executadas pelo poder público para promover o acesso dos surdos aos direitos sociais e civis. O objetivo é valorizar a capacitação dos agentes públicos em LIBRAS para o atendimento adequado às pessoas surdas, incluindo a compreensão das questões culturais e sociais envolvidas.

Módulo 4: Novas Tecnologias de Acessibilidade e Vocabulário para Segurança Pública

Neste módulo, serão apresentados aplicativos para smartphones que promovem e facilitam a acessibilidade em diversos aspectos da vida das pessoas surdas, utilizando tecnologia assistiva. Além disso, destacaremos a importância dos Centros de Atendimento à Surdez, que oferecem suporte e recursos adicionais para a comunidade surda e para profissionais que trabalham com o público surdo.

Embora o currículo do curso à distância aborde os princípios básicos de LIBRAS e seus parâmetros de forma adequada, é essencial a inclusão de aulas práticas presenciais para aprimorar a execução dos sinais. As ilustrações e imagens, muitas vezes, não capturam todas

as sutilezas dos sinais, e alguns gestos podem parecer idênticos em termos de posicionamento das mãos, sendo diferenciados apenas por pequenos movimentos. Por isso, a interpretação precisa dos gestos é imprescindível, e as nuances sutis podem fazer uma grande diferença na comunicação em LIBRAS.

Observa-se, então, que o curso online oferecido pela SENASP pode não preparar adequadamente os profissionais para estabelecer diálogos eficazes com pessoas surdas, limitando-se ao ensino dos conceitos básicos, como o alfabeto em LIBRAS. Para uma comunicação mais eficaz, é recomendável a integração de práticas presenciais e treinamento adicional.

O ensino de LIBRAS é essencial para promover a inclusão e a acessibilidade para a comunidade surda no Brasil. Para compreender a fundamentação do ensino da língua de sinais, é importante conhecer sua história e estrutura linguística. Trata-se de uma língua visual-espacial com regras gramaticais e sintáticas próprias, distinta do português. Santos (2011, p. 45) destaca que “a LIBRAS possui uma rica história que reflete a luta da comunidade surda por reconhecimento e autonomia linguística”. Conhecer a estrutura dessa língua, incluindo sua morfologia e sintaxe, é essencial para um ensino eficaz e respeitoso.

A metodologia de ensino de LIBRAS é outro aspecto fundamental. É necessário aplicar abordagens didáticas que considerem as particularidades da língua e como ela é adquirida. Ribeiro (2017, p. 89) enfatiza que “métodos visuais e interativos são essenciais para facilitar a aprendizagem de LIBRAS, utilizando sinais e atividades práticas”. Além disso, a criação de materiais didáticos apropriados, como livros e recursos multimídia, é vital para apoiar o processo de ensino, conforme discutido por Franco (2015, p. 102), que afirma que “recursos didáticos bem elaborados são fundamentais para a aprendizagem efetiva de LIBRAS”.

Pode-se notar, ainda, que uma das dificuldades que o estudo da língua de sinais esbarra é a ausência de material didático, livros específicos; e o que se encontra são apostilas com conteúdo insuficiente para aprendizagem eficaz, tornando a educação inclusiva de Libras desatualizada. É necessário investir em material com dinâmica de aprendizagem que facilitem entendimento e, conseqüentemente, o ato de aprender a Comunicação de Sinais.

Os aspectos socioculturais do ensino de LIBRAS também são de grande importância, visto que ela não é apenas uma língua, mas um componente central da identidade cultural da comunidade surda. Costa (2019, p. 76) explora como “a inclusão de surdos na sociedade e a valorização de sua língua e cultura são fundamentais para a construção de uma sociedade mais equitativa”. A legislação e as políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção do ensino e uso de LIBRAS, assegurando que os direitos linguísticos dos surdos sejam respeitados.

Além dos aspectos gerais do ensino de LIBRAS, a aplicação da língua em contextos específicos, como a educação infantil e a formação profissional, é vital. A sua integração no currículo escolar e na formação de professores é essencial para preparar as novas gerações para interagir com a comunidade surda. Silva (2018, p. 54) discute que “a inclusão de LIBRAS na educação infantil e nas escolas contribui para uma sociedade mais inclusiva”. Implementar essas práticas pode promover um ambiente mais acolhedor e acessível para todos.

Finalmente, a formação profissional e o treinamento em LIBRAS são áreas que merecem atenção especial. A sua inclusão em cursos de formação para profissionais, como policiais, tem mostrado ser uma ferramenta eficaz para melhorar a comunicação com pessoas surdas. Almeida (2020, p. 110) analisa que “a aplicação de LIBRAS em contextos profissionais melhora o atendimento e promove uma comunicação mais eficiente e inclusiva”. Compreender e implementar essas práticas é fundamental para garantir que LIBRAS seja utilizada de forma eficaz em diversos contextos sociais e profissionais.

6 A INCLUSÃO DE LIBRAS NO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

A inclusão de LIBRAS no currículo de formação da Polícia Militar é um passo importantíssimo para garantir uma comunicação eficaz e inclusiva com a comunidade surda. No entanto, é imperativo que o curso oferecido aos futuros policiais vá além das limitações de uma palestra de 5 horas/aula, como frequentemente ocorre em treinamentos e cursos *online*. A abordagem limitada e superficial, muitas vezes adotada, não é suficiente para preparar os policiais para a complexidade e a riqueza da interação com indivíduos surdos. É necessário, pois, compreender tal complexidade e a necessidade desse conhecimento para uma atuação policial mais inclusiva e eficaz.

⁴ Fonte: <https://www.midianews.com.br/policia/policial-militar-mata-jovem-surdo-com-tiro-no-torax-em-cuiaba/184748>

Fato relatado no site de notícias Mídia News⁴ da região da Cidade de Cuiabá – MT, informa que uma tragédia aconteceu no dia 07 de janeiro de 2014, quando um jovem surdo foi abordado por policial da região. Por sua condição de deficiente auditivo, não obedeceu ao comando da abordagem policial, de parar, e tentou gesticular; porém, não foi interpretado de forma correta, e a ação culminou na morte deste cidadão.

Diante do fato mencionado acima, desperta a preocupação em relação ao preparo policial na comunicação para se relacionar com cidadão surdo, para que tais fatos não ocorram no cotidiano do agente de segurança do Pará.

6.1 A NATUREZA COMPLEXA DA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS

A comunicação por meio de sinais envolve muito mais que a simples tradução de palavras e frases. Ela é uma língua visual e espacial, rica em nuances e expressões que vão além dos sinais básicos. A eficácia na comunicação com a comunidade surda exige um domínio profundo dos parâmetros da língua, que incluem a expressão facial, a configuração das mãos, o ponto de articulação, o movimento e a direcionalidade. Esses elementos são cruciais para uma comunicação clara e precisa, e a sua aplicação correta não pode ser plenamente ensinada em apenas uma palestra de curta duração.

Os cursos de LIBRAS ministrados em formato de palestra de cinco horas/aula ou em módulos *online*, geralmente oferecem apenas uma introdução superficial à língua, abordando apenas os conceitos básicos. Essa abordagem limitada, frequentemente resulta em uma compreensão insuficiente das nuances de LIBRAS e das necessidades culturais da comunidade surda. Além disso, a falta de prática interativa e de treinamento extensivo compromete a capacidade dos policiais de aplicar o que aprenderam em situações reais.

6.2 A NECESSIDADE DE UM TREINAMENTO ABRANGENTE

Um curso de LIBRAS eficaz para a formação policial deve ser extensivo e prático. Deve incluir módulos detalhados sobre os aspectos técnicos da língua, além de simulações e práticas de comunicação em cenários reais. Os policiais devem ter a oportunidade de interagir com membros da comunidade surda, praticar sinais em contextos diversos

e receber *feedback* sobre sua comunicação. O treinamento deve ser contínuo e integrado ao currículo, permitindo que os policiais desenvolvam e aperfeiçoem suas habilidades ao longo do tempo.

Dessa maneira, investir em um curso abrangente de LIBRAS oferece múltiplos benefícios. Em primeiro lugar, melhora significativamente a qualidade do atendimento prestado à comunidade surda, garantindo que as interações sejam respeitadas e compreensivas. Em segundo lugar, promove uma cultura de inclusão e respeito dentro das instituições de segurança pública, refletindo um compromisso genuíno com a diversidade e a equidade. Finalmente, um treinamento adequado pode prevenir mal-entendidos e incidentes que poderiam ocorrer devido a falhas na comunicação, protegendo tanto os policiais quanto os cidadãos surdos.

A inclusão de LIBRAS no treinamento policial é um componente essencial para garantir uma segurança pública mais inclusiva e eficaz. No entanto, para que esse treinamento seja verdadeiramente eficaz, ele deve ir além das limitações de uma palestra breve e proporcionar um aprendizado profundo e prático da língua. Um curso abrangente não apenas prepara melhor os policiais para interações reais, mas também contribui para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. A adoção de um currículo mais robusto e interativo é, portanto, fundamental para alcançar esses objetivos e promover uma verdadeira comunicação inclusiva na segurança pública.

Quando um policial militar se deparar com uma pessoa surda, ele saberá se comunicar de forma eficiente e clara. No entanto, se o policial não possuir habilidades em LIBRAS ou recursos adequados para a comunicação com surdos, terá conhecimento mais adequado para uma abordagem calma e paciente. Pessoas surdas podem não reconhecer ou conseguir responder imediatamente às instruções da polícia, o que requer uma postura compreensiva e adaptativa por parte do agente.

É importante que os policiais militares compreendam que a surdez não torna uma pessoa melhor ou pior que as demais, nem mais ou menos ingênua. As medidas de segurança devem ser aplicadas igualmente a todos os cidadãos. Embora uma pessoa surda possa enfrentar dificuldades em algumas atividades, ela também pode desenvolver habilidades e realizar tarefas de forma eficaz, assim como qualquer outra pessoa.

Desse modo, é essencial que os policiais se atualizem sobre os procedimentos e técnicas de comunicação para interagir de maneira eficaz com pessoas surdas durante abordagens. Além disso, o agente de segurança deve manter uma postura adequada para evitar negligência devido à condição do cidadão abordado.

De acordo com Figueiredo (2007, p. 5), “a vida de um surdo é repleta de momentos que podem apresentar conflitos sentimentais devido à dificuldade de estabelecer uma comunicação com os ouvintes, desde sua infância até sua maioridade”. Essa realidade destaca a necessidade de treinamento adequado para policiais militares.

A inclusão de LIBRAS nos cursos de formação da Polícia Militar é fundamental, pois fornece a base necessária para a comunicação com cidadãos surdos e evita mal-entendidos que possam levar a decisões precipitadas ou a agravamento das situações. O treinamento básico em LIBRAS permite que os policiais identifiquem e saibam como lidar com diferentes situações envolvendo surdos.

6.3 IMPACTOS DA FALTA DE COMUNICAÇÃO ADEQUADA ENTRE POLICIAL E PESSOA SURDA

A ausência de comunicação efetiva entre o policial militar e a pessoa surda pode levar a níveis elevados de estresse e mal-entendidos, resultando em transtornos significativos para

ambas as partes. A falta de compreensão mútua pode provocar dificuldades de controle emocional, especialmente quando o indivíduo surdo enfrenta uma situação de necessidade e não consegue se fazer entender. Essa situação pode levar a reações exaltadas ou até agressivas devido à frustração de não ser compreendido.

A segurança pública tem a responsabilidade de prestar um serviço de qualidade a todos os cidadãos, e os policiais, como servidores públicos, devem garantir que sua atuação não seja marcada por preconceito ou discriminação. O policial deve ser capaz de estabelecer canais eficazes de comunicação com todos os membros da sociedade, respeitando as diferenças de gênero, classe, faixa etária, ideologias, crenças e etnias.

Conforme a Constituição Federal, é dever do Estado garantir a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos e manter a paz e a ordem pública (Brasil, 1988). A segurança pública é um direito fundamental que deve ser assegurado a todos, e isso inclui a necessidade de se adaptar e compreender as especificidades de diferentes grupos, como a comunidade surda, que possui sua própria língua e cultura. Desta forma, é essencial que os policiais conheçam a cultura surda para uma comunicação eficaz.

Como material de apoio em 2013, o Ministério da Justiça, por meio da SENASP, desenvolveu uma cartilha para orientar as ações policiais na proteção dos direitos humanos de indivíduos em situações de vulnerabilidade. Esse material, apresentado em formato de livro de bolso, facilita o acesso e a aplicação dos procedimentos por parte dos policiais.

No quinto capítulo, são abordados procedimentos para a abordagem de pessoas com diferentes tipos de deficiência: física/motora, mental/intelectual e sensorial (visual e auditiva). Especificamente para a deficiência auditiva, o guia detalha os seguintes procedimentos:

Procedimentos na Abordagem Policial ao Deficiente Auditivo:

- É importante garantir que a pessoa surda visualize o policial. Caso contrário, ela pode não perceber a ordem para parar, o que pode levar a uma falsa impressão de desobediência.
- O policial deve estar ciente de que a falta de resposta imediata pode ser interpretada erroneamente como resistência. Portanto, a abordagem deve ser feita com atenção para evitar o uso inadequado de força.

Orientações para a Comunicação:

- Estabelecer contato visual com o indivíduo surdo é essencial. Utilize sinais em LIBRAS quando possível, como "Parado!", "Policial!", "Você é surdo?", "Levante as mãos!", "Mão na cabeça!", "Levante a camisa!", "Gire!", "Mostre-me seu documento de identidade!", "Você está liberado!" e "Bom dia/tarde/noite!".
- Evite gritar com a pessoa surda, pois ela não ouvirá. Articule as palavras claramente para facilitar a leitura labial e, se necessário, use a comunicação escrita.
- Ao levar uma pessoa surda vítima de um crime à delegacia para registrar uma queixa, explique claramente o que está acontecendo e garanta que ela entenda que não está sendo presa. Se a pessoa demonstrar agitação, faça gestos para acalmá-la (Brasil, 2013).

Essas práticas visam assegurar uma abordagem mais inclusiva e eficiente, respeitando as necessidades e direitos das pessoas surdas. A inclusão de LIBRAS no treinamento dos policiais permite que os agentes se comuniquem de maneira mais eficaz com a comunidade surda, promovendo um ambiente de respeito e compreensão mútua. Além disso, ao adotar uma comunicação mais acessível, cria-se uma interação mais humana, que reconhece a dignidade e as particularidades de cada indivíduo. Dessa forma, não apenas se melhora a qualidade do atendimento, mas também se contribui para uma sociedade mais justa e inclusiva.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou a hipótese de que a inserção de LIBRAS na matriz curricular dos cursos de formação da Polícia Militar do Pará pode melhorar significativamente a qualidade do atendimento prestado aos cidadãos surdos, promovendo uma comunicação mais eficaz e prevenindo incidentes decorrentes de mal-entendidos. Com a capacitação em LIBRAS, os policiais estarão de posse de conhecimentos fundamentais que permitem uma comunicação efetiva. E esse aprimoramento não apenas eleva a qualidade do serviço prestado pela Polícia Militar, mas também promove inclusão e igualdade, alinhando-se aos princípios de direitos humanos e justiça social.

O estudo demonstrou que, ao integrar LIBRAS na formação dos policiais, é possível reduzir significativamente o risco de incidentes causados por mal-entendidos e melhorar a interação com a comunidade surda. Essa formação específica contribui para um atendimento mais humanizado e consciente das necessidades dos cidadãos com deficiência auditiva.

Além disso, este estudo serviu como um catalisador para a mudança na percepção sobre a importância do treinamento em Língua Brasileira de Sinais dentro do setor de segurança pública. A inclusão dessa disciplina na matriz curricular representa um avanço importante, mas é fundamental reconhecer que a educação contínua e o treinamento regular são essenciais para garantir a eficácia a longo prazo.

Recomenda-se, portanto, que esse conteúdo específico seja incorporado como parte integrante do treinamento regular com uma disciplina no desenho curricular da Polícia Militar, pois ainda tem sido feito em forma de palestra, o que não supre a necessidade da formação. A formação contínua em LIBRAS não só aprimora a capacidade dos policiais de interagir de forma respeitosa e eficaz com a comunidade surda, mas também promove o respeito pelos direitos linguísticos e culturais dos surdos.

O uso de LIBRAS na abordagem policial facilita a transmissão de informações importantes, como direitos legais, procedimentos policiais e medidas de segurança. Isso assegura que as pessoas surdas compreendam plenamente seus direitos e responsabilidades durante as ações policiais, promovendo interações mais transparentes e igualitárias. Essa forma de comunicação fortalece a confiança e a cooperação entre os policiais e a comunidade surda, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva. Portanto, a implementação de LIBRAS na formação dos policiais militares é um passo crucial para construir uma sociedade mais igualitária, onde todos os cidadãos, independentemente de suas condições auditivas, possam ser atendidos com dignidade e respeito.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **História da língua de sinais em Campo Grande - MS**. Petrópolis: Arara Azul, 2005.

ALMEIDA, Guilherme Augusto Silva. **Treinamento profissional e LIBRAS: Desafios e soluções**. Editora Profissional, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. [et. al.]. **Saberes e prática de inclusão**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRASIL. **Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, 1989.

BRASIL. **Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade**: cartilha / Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília: SENASP/MJ, 2013.

COSTA, Fernanda Pereira Barbosa. **A importância de LIBRAS na inclusão social**. Editora Inclusiva, 2019.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. **A Língua de sinais constituindo o surdo como sujeito**. Campinas: Educação e Saúde, 2005.

FIGUEIREDO, Barbara Botelho. Filhos de pais surdos uma relação “im” possível. **INVEST na educação**, Cuiabá, v.1, dez. 2007.

FRANCO, Silvia Silva de Andrade. **Metodologias para o ensino de LIBRAS**. Editora Educacional, 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

NAKAGAWA, Hugo Eiji Ibanhes. **Culturas surdas**: o que se vê, o que se ouve. Lisboa, 2012.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

RIBEIRO, Luis Lima Gomes Martins. **Abordagens didáticas para o ensino de LIBRAS**. Editora Linguística, p. 89, 2017.

SANTOS, Mário Afonso Alves dos. **História e estrutura de LIBRAS**. Editora Cultural, 2011.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo/SP: Cortez, 2014.

SILVA, Cláudia Maria. **LIBRAS na educação infantil e escolar**. Editora Pedagógica, p. 54, 2018.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.